

PROPOSTAS DO CONSELHO PARANAENSE DA LIVRE INICIATIVA NA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Bruno Guandalini¹

Guilherme Tomizawa²

Resumo

O presente trabalho acadêmico, baseado somente em entrevistas e pouca análise de escassos documentos, devido aos limitados recursos e tempo, tem o objetivo de demonstrar a influência do extinto Conselho Paranaense da Livre Iniciativa (COPALIVRE) por meio de propostas na constituinte de 1988. Tratar-se-á, principalmente, de vinte e quatro pontos essenciais em relação aos quais foram apresentadas emendas, elaboradas pela Assessoria Técnica do COPALIVRE para o segundo turno de votação do projeto de Constituição "B" que resultou na promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 – A Constituição Cidadã.

Palavras chave: COPALIVRE, Constituição Federal de 1988, emendas.

Abstract

This academic paper, based only on interviews and few analysis of scarce documents, due to limited time and resources, is intended to demonstrate the influence of the extinct Council of Free Initiative of Paraná in the Constitution of 1988. Firstly, It will be considered twenty-four essential points on which amendments were presented, as prepared by the COPALIVRE's Technical Advisory Council for the second round of voting of the draft "B" of Constitution that resulted on the enactment of the Brazilian Federal Constitution of 1988.

Key-words: COPALIVRE, the Federal Constitution of 1988, amendments.

Sumário 1.Introdução 2. Propostas do COPALIVRE na Constituinte de 1988 3. Conclusão 4. Referências Bibliográficas

1. Introdução³

¹ Bruno Guandalini é advogado. Pós-graduado em direito internacional privado, em direito empresarial e mestre em direito das relações econômicas internacionais, todos pela Université de Paris II (Panthéon-Assas). É conselheiro do Conselho de Comércio Exterior da Associação Comercial do Paraná.

² Guilherme Tomizawa é advogado. Bacharel em administração pública e direito pela UTP – PR. Especialista em direito de família pela PUC – PR. Mestre em direito público pela UGF – RJ. Professor universitário na OPET-PR e diversas pós-graduações. Membro e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico (IBDE).

³ A maior parte das informações históricas inseridas nesta introdução foram extraídas de duas reuniões com os antigos membros do COPALIVRE realizadas nos dias 5 e 13 de outubro de 2011 nas dependências da Associação Comercial do Paraná. Aproveita-se o ensejo para agradecer imensamente a contribuição da Associação Comercial do Paraná na pessoa do seu Presidente Edson José Ramon, do seu Vice-Presidente Odoni Fortes Martins e da Secretária

Logo após o início do regime militar, mais especificamente durante o governo de Castelo Branco (1964 a 1967), houve a dissolução dos partidos políticos. Nesse período, foi estabelecido o sistema de bipartidarismo: estava criada a ARENA - Aliança Renovadora Nacional, que era o partido dos militares, e o MDB - Movimento Democrático Brasileiro, que se tratava de uma oposição controlada pelos militares.

Diante deste cenário, os políticos não tinham força e nem mesmo podiam manifestar uma oposição exacerbada até mesmo pela repressão militar. Cabia, desta forma, à sociedade civil, a qual tivesse mais força, estabelecer algum tipo de manifestação e reivindicação. Os representantes dos empresários, que faziam movimentar a economia do país e tinham certo respeito perante os militares, eram quem verdadeiramente influenciava o MDB e o governo de uma forma geral.

Com o fim da ditadura e o início da democracia nos anos 1980, os políticos voltaram a ter representatividade. Entretanto, a classe empresária já estava acostumada a ter força perante o governo e já sabia bem como fazê-lo. Não foi diferente quando se instaurou a constituinte em fevereiro de 1987. Já que a Constituinte aceitava propostas desde que formuladas por associações civis e subscritas por mais de 30.000 pessoas, o lobby das entidades de classe foi intenso, vindo de todas as regiões do país, tendo recebido mais de 120 propostas durante este período. Os empresários paranaenses não ficaram de fora.

Em depoimento pessoal Luiz Reinaldo Zanon afirmou que, no Paraná, em meados de 1986, quatro empresas viram a necessidade de terem seus interesses defendidos na nova constituinte, da qual já se falava. Essas empresas começaram a ter reuniões, as quais foram agregando-se cada vez mais empresários. Em um número já maior, as entidades de classe começaram a participar de reuniões periódicas para tratar de uma nova Carta Magna para o país.

Sandra Baldissera por disponibilizar a estrutura e dar o apoio imprescindível para as reuniões. Agradecemos o suporte e empenho do Dr. Cleverson Marinho Teixeira por contribuir de forma significativa com a memória do COPALIVRE e empreender esforços para reunir os ex-integrantes. Reconhece-se, merecida mente, os demais ex-integrantes do COPALIVRE por comparecerem às reuniões e prestarem os depoimentos necessários ao deslinde do presente artigo.

Em texto publicado em maio de 1987 na Folha do Comércio⁴, Miguel Zattar, então presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, deu uma entrevista afirmando que fora levantada, durante o IV Congresso Nacional das Associações Comerciais, intitulado "A Livre Iniciativa e a Constituinte", a necessidade de se dar "importância de maior união das entidades para que sejam tomadas decisões em favor de seus filiados, através de uma atuação mais firme." Essa necessidade pode ser visualizada pelo resultado desse Congresso que reunira 1500 empresários, qual seja, um documento encaminhado posteriormente aos Constituintes pelos presidentes das entidades participantes.

Na capa da Folha de Comércio de 11 a 18 de novembro de 1987, foi publicado um testemunho do então presidente da Associação Comercial do Paraná, Carlos Alberto Pereira, o qual dizia: "Até que enfim o empresariado brasileiro resolveu tomar posição na defesa dos seus legítimos interesses". Isso veio após uma reunião em Brasília destinada a defender os interesses da classe empresária.

Devido à iniciativa de empresários visionários e consultores competentes das maiores entidades de classe, formou-se, no Paraná, o Conselho Paranaense da Livre da Iniciativa - COPALIVRE⁵, com o claro intuito de "semear os princípios da liberdade de empreender, veicular as vantagens da organização da produção de bens e serviços em um mercado livre e estimular o engajamento de um maior número de pessoas na realização desse apostolado⁶", conseguindo assim, "reunir os líderes de cada setor para um trabalho conjunto."⁷

O COPALIVRE era promovido e mantido por diferentes órgãos e associações do comércio, indústria e agricultura. Não se sabe quais eram

⁴ Extinto jornal publicado semanalmente pela Associação Comercial do Paraná durante, pelo menos, os anos pesquisados de 1987, 1988 e 1989.

⁵ Não se sabe exatamente a data em que surgiu, mas sabe-se que em outubro de 1987 já existia. Em uma edição de junho de 1988 da Folha do Comércio já se verifica a menção de que o COPALIVRE havia sido criado há 01 (um) ano. Tem-se, portanto, com o testemunho pessoal dos integrantes que o compunham que o Conselho fora criado no início de 1987, ano em que houve em fevereiro de 1987 a sessão oficial de abertura dos trabalhos da constituinte.

⁶ O apostolado de discutir e apoiar essas idéias na Constituinte.

⁷ Entrevista de Luiz Reinaldo Zanon, para uma edição de junho de 1988 para a Folha do Comércio explicando os motivos que levaram a criação. Os mesmos motivos foram explicados em depoimento pessoal durante uma reunião nas dependências da ACP em 13 de outubro de 2011.

exatamente os integrantes que iniciaram e nem os que atuaram mais intensamente durante as primeiras reuniões. Entretanto, com base em documentos elaborados no início da década de noventa, pode-se concluir que participavam a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Associação Comercial do Paraná (ACP), Federação do Comércio do Paraná (FECOMERCIO-PR), Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas (APEOP), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Associação dos Hospitais do Estado do Paraná (AHOPAR), Federação do Comércio Varejista do Estado do *Paraná* (FEVAREJISTA) e Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado do Paraná (SICEPOT).

Quem realmente participava do Conselho e tinha grande influência eram os consultores dessas entidades, em sua grande maioria juristas, economistas e figuras políticas do cenário brasileiro, que integravam a sua Assessoria Técnica. Dentre eles pode-se destacar o Dr. Cleverson Marinho Teixeira⁸, Coronel Uraci de Castro Bonfim⁹ e o Coronel Roberto Monteiro de Oliveira¹⁰.

Não foi encontrado registro de este Conselho ter tido personalidade jurídica. Apenas sabe-se que o início de suas atividades deu-se nas dependências do escritório de Basílio Vilani e, posteriormente, com o patrocínio das entidades, em instalações em uma casa à Rua Agostinho Leão Júnior, número 37, no bairro Alto da Glória, em Curitiba, Paraná. Foi relatado pelos antigos integrantes, que o Conselho tinha suas atividades descentralizadas, o que colaborando para que os princípios da livre iniciativa fossem expandidos por todo o Paraná, por meio de nove coordenadorias regionais em Ponto Grossa, Cascavel, Francisco Beltrão, Pato Branco, Maringá, Londrina, Guarapuava, Rio Negro e Região Metropolitana de Curitiba. Entretanto, notas na Folha do Comércio diziam, o que foi confirmado pelos antigos integrantes, que o Conselho contava também com delegados em 187 municípios que promoviam reuniões para debater as questões da nova Constituição, estendendo-se também a outros Estados.

⁸ Atualmente advogado em Curitiba. Na época era Assessor Jurídico da FIEP e já tinha cumprido mandato de Deputado Federal por 04 (quatro) anos.

⁹ Tinha formação e atividade na Escola Superior de Guerra e foi professor universitário.

¹⁰ Falecido em 2010, o Coronel Roberto era o Chefe da Assessoria técnica do COPALIVRE e um dos maiores incentivadores e militantes. Era grande estudioso das ciências econômicas.

Segundo afirmaram em depoimento os antigos integrantes, o COPALIVRE era considerado a maior força representativa da classe empresária, com atividades conhecidas e públicas, durante a Constituinte de 1988, tendo sido mais importante que qualquer outra classe empresária, mesmo de importância econômica maior, na discussão e proposta de emendas, notadamente, do projeto de constituição "B" que foi votado em segundo turno.

Tem-se registro de documentos elaborados e publicados pelo COPALIVRE até meados de 1995. Os antigos integrantes afirmaram que a partir de então, tendo já sido realizada a primeira revisão da Constituição e a entrada do Plano Real, o que estabilizara a economia, passou-se a perder motivação, extinguindo suas atividades.

Desconsiderando para fins deste trabalho as notáveis, principais e decisivas participações do COPALIVRE na Constituinte Estadual Paranaense de 1989, e na elaboração da minuta de Lei Orgânica, adotada pela maior parte dos municípios paranaenses, sem falar nas revisões e posteriores emendas à própria Constituição Federal de 1988, far-se-á um comentário das motivações e conseqüências de 24 propostas elaboradas pelo COPALIVRE para emendas daquilo que tinha sido aprovado em primeiro turno, como forma de mostrar um pouco da influência da classe empresária na Constituinte de 1988.

2. Propostas do COPALIVRE na Constituinte de 1988

Auxiliado pelo depoimento pessoal dos antigos integrantes do COPALIVRE, baseou-se principalmente numa primeira minuta, não identificada, sobre 24 pontos que deveriam receber alteração para votação no segundo turno. Pode-se ter certeza de que tal minuta fora elaborada pelo COPALIVRE, pois em várias edições da Folha do Comércio encontram-se publicações, primeiramente, convidando os empresários em geral para participar de uma reunião para debater eventuais emendas e, em seguida, edições que publicam as 24 propostas elaboradas pelo COPALIVRE.

O primeiro ponto foi no tocante ao mecanismo judicial nominado de Mandado de Injunção. Através do consenso da classe empresarial verificaram-se diversos pontos essenciais para emendas para o 2º. Turno de votação do

Projeto da Constituição, iniciando com o artigo 5º, LXXII da CF, a fim de que fosse suprimido a palavra "direitos" do Texto constante do Projeto de Constituição "B", que rezava:

Artigo 5º (...)
(...)

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos **direitos** e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania; (nosso grifo)

Foi comentando na justificativa da proposta de emenda que algumas garantias constitucionais dependeriam de regulamentação por lei complementar ou ordinária. Este dispositivo daria ensejo para que as normas constitucionais fossem aplicadas independentemente de regulamentação pelo Judiciário. Tal vocábulo - direitos - gerou uma celeuma no que tange a prerrogativa que se tornava comprometedor quando se referisse aos "direitos" previstos na Constituição Federal, ensejando uma dúbia interpretação ora aos direitos fundamentais ora a quaisquer outros divididos nos capítulos da Carta Maior. A classe dos empresários vislumbrou que, apesar da boa intenção de se regular tal *writ* constitucional, seria inócuo o exercício de tais garantias sem que fosse definida e discriminada a sua forma de exercitá-la.

Apesar dos esforços envidados pela CPLI, tal vocábulo como se verifica acima permaneceu inalterado, ou seja, não fora suprimida a expressão "direitos".

O segundo item tratava da aplicabilidade Imediata de normas constitucionais. O COPALIVRE entendeu que o parágrafo primeiro do artigo 5º do texto constante do Projeto de Constituição "B"¹¹ deveria ser integralmente eliminado. A fundamentação da criação desse dispositivo, da mesma forma como no tópico anterior¹², deu-se com o intuito de que as normas constitucionais não ficassem apenas "no papel" como redigido pelos mesmos. Sendo assim, o COPALIVRE concluiu que o preceito anterior (mecanismo judicial) como a aplicabilidade imediata das normas faria com que vários

¹¹ Art. 5º (...) § 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

¹² Que tratava do Mandado de Injunção em seu artigo 5º (...) inciso LXXI da CF/88.

direitos fossem “atropelados” (expressão deles), exigindo-se sua aplicabilidade sem que houvesse condições de efetua-las por falta de regulamentação ou condições práticas de implementá-las. Usou-se como exemplos o direito à greve, direito à participação de lucros e o mais interessante - direito à creche. Este último, em especial, dependeria de posturas individuais que demandassem muito tempo como a construção de um local para o mesmo. Apesar dos enormes anseios do COPALIVRE, nada fora suprimido.

O terceiro ponto trataria da limitação em seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento. A classe manifestou o interesse de suprimir integralmente o inciso XIV, do artigo 7^o¹³, do projeto de constituição "B". Apesar de louvável a preocupação do legislador constitucional com o desgaste dos trabalhadores nesses ramos de atividades, se promulgado tal dispositivo, comprometeria consideravelmente as atividades produtivas do país, tais como os setores siderúrgicos, químicos, petroquímicos, têxtil, papel e celulose, fundição e cimento. Ademais, acarretaria ainda um grande acréscimo nos custos, no preço dos produtos e na capacidade competitiva das empresas, trazendo prejuízos aos trabalhadores já que perderiam alguns benefícios oriundos da jornada de 08 horas em tais condições e, ainda mais grave, poderia expô-los à um risco maior de acidentes de trabalho devido à alta rotatividade de pessoal e a dificuldade de prevenção. Percebe-se da análise do texto atual, que nada fora suprimido.

O item número 4 tratou das férias remuneradas (art. 7^o, inciso XVII do texto constante do Projeto de Constituição “B”¹⁴) que tentou suprimir no 2^o. turno de votação do projeto da constituição a expressão da segunda parte do dispositivo constitucional que rezava: “em, pelo menos um terço a mais que o salário normal”. O COPALIVRE não divergia no sentido de que férias são essenciais para o descanso e lazer do trabalhador, até porque seria impossível um ser humano só trabalhar, perdendo até a sua razão de viver. Todavia, a fundamentação do empresariado dissentia da possibilidade econômica de se cumprir ou colocar tal teoria em prática. O aumento de salário indiscriminado não obteria aplicabilidade imediata até porque, conforme relatou a justificativa,

¹³ Art. 7^o (...) XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

¹⁴ Art. 7^o (...) XVII - gozo de férias anuais remuneradas em, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

"esta melhoria nas condições do trabalho, assim como outras que [vinham] sendo postuladas em nível constitucional, são objeto de negociações coletivas, que as consagram, em havendo possibilidade para a categoria e na respectiva região". Mencionaram, ainda, que os sindicatos teriam autonomia e legitimidade para tratar de tais melhorias e implementos salariais oportunamente, cada qual em seus Estados-Membros. Mais uma vez vê-se que a proposta da COPALIVRE não fora atendida, permanecendo o texto aprovado em primeiro turno.

O quinto ponto tratava de suprimir parte do art. 7º, inciso XXI da do Texto constante do Projeto de Constituição "B"¹⁵, onde pleiteavam que ficasse da seguinte forma: "XXI - aviso prévio, nos termos da lei." O COPALIVRE entendia que o prazo mínimo de 30 dias poderia redundar em fixação de prazos de aviso-prévio delongados demais, criando uma situação de provisoriedade entre empregados e empregadores. O COPALIVRE entendia, na verdade, que não se justificaria o estabelecimento de tal prazo na Carta Maior, já que tal período seria estabelecido em lei ordinária ou complementar, podendo até ser ampliado através de convenções coletivas, onde julgaram que seria o canal mais competente para tanto. Da mesma forma como nas propostas anteriores, as manifestações do Conselho não tiveram guarida.

O ponto seis tratava da equiparação do trabalhador rural com o urbano, no sentido de existir o mesmo prazo prescricional nas ações trabalhistas. O texto constante do Projeto de Constituição "B" estabelecia:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXIX - ação com prazo prescricional de:

- a) cinco anos, quanto à créditos resultantes das relações de trabalho, para o trabalhador urbano;
- b) até dois anos após a extinção do contrato, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, para o trabalhador rural;
- c) cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato, nas demais lesões de direito originário das relações de trabalho, para trabalhador urbano ou rural.

¹⁵ Art. 7º (...) XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

A Emenda Constitucional nº 28, de 25 de maio de 2000, havia revogado as alíneas “a” e “b”, com resultado diferente da proposta de 2º Turno ofertada.¹⁶ A proposta do COPALIVRE discutia a alínea “c” que distinguia para efeitos de prescrição das ações trabalhistas “créditos resultantes das relações de trabalho” de outras “lesões de direito originário das relações de trabalho”. No tocante aos créditos as ações prescreveriam em cinco anos para o trabalhador urbano, e em dois, após a extinção do contrato de trabalho, ao rural. Os créditos derivados das relações de trabalho se compreendem no conceito mais amplo de “lesões de direito originário das relações de trabalho.” Aqui, o COPALIVRE conclui que não haveria razão para distinguir a relação dos créditos, o que na verdade apenas serviria para causar tumultos na aplicação dos princípios constitucionais. Sendo assim, não haveria coerência alguma em se fazer tal diferenciação, inclusive nos prazos prescricionais. A luta pela equiparação dos prazos das ações trabalhistas, de caráter rural ou urbano, ensejaria uma melhoria nas relações do trabalho em campo. Tal item (artigo 7º) foi suprimido parcialmente no que tange à alínea “c”. As alíneas “a” e “b” foram unidas e transformadas no *caput* do dispositivo constitucional. Logo após (as alíneas a e b) foram revogadas pela Emenda Constitucional nº 28/2000, demonstrando nitidamente o que o COPALIVRE defendia durante a constituinte já representava um importante passo em direção da promoção da justiça social.

No que tange o sétimo ponto, vê-se que o COPALIVRE lutou pela supressão da parte final do *caput* do artigo 9º, de modo que o texto ficaria da seguinte maneira: “Art. 9º - É assegurado o direito de greve.” O principal argumento utilizado pelo Conselho era a limitação do direito de greve que não poderia ser suscetível somente aos interesses da classe trabalhadora em detrimento dos direitos dos empresários, interesse esse também juridicamente protegido, inclusive por terceiros que compõe a mesma sociedade. Todavia, tal dispositivo não fora suprimido, permanecendo inalterado em sua essência, com

¹⁶ Art. 7º (...) XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

exceção de alguns termos coloquiais (Texto constante do Projeto de Constituição "B").¹⁷

O ponto oitavo residia em eliminar a expressão "a empresa sob controle acionário estatal" referente ao inciso XI do artigo 21 que tratava da estatização definitiva das comunicações. O texto constante do Projeto de Constituição "B" se apresentava da seguinte forma:

Art. 21 Compete à União:

(...)

XI - explorar, diretamente ou mediante concessão as empresas sob controle acionário estatal dos serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços público de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União.

Aqui tal dispositivo estaria em perfeito descompasso com o desenvolvimento de políticas de privatização de empresas estatais, inibindo o crescimento das empresas privadas concessionárias de tais serviços, obstaculizando o setor econômico, por meio de lançamento de ações no mercado visando à democratização do capital dessas empresas. Tais setores, em especial, seriam muito dinâmicos e em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento para sofrer limitações impostas pelo Estado. Mesmo não tendo sido acatada a proposta durante a constituinte, o referido dispositivo constitucional sofreu alterações significativas com o advento da Emenda Constitucional nº 08/1995¹⁸, o que mais uma vez demonstra que as premissas do COPALIVRE já eram consideráveis.

O nono ponto do trabalho sustentou a supressão da expressão "...nas rodovias e ferrovias federais..." de modo que a competência nessa matéria seria exclusivamente da União. O artigo 22 do Projeto de Constituição "B" dizia:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

¹⁷ Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio dele defender.

¹⁸ Art. 21. Compete à União:

(...)

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

(...)

XI - trânsito e transporte de bens e pessoas nas rodovias e ferrovias federais.

A COPALIVRE batalhou, por razões de segurança, pela uniformidade das normas em território nacional no que se refere ao trânsito e transporte em qualquer das possibilidades ou modalidades e não somente pela via terrestre ou férrea federal. Tal argumento expendido pelo COPALIVRE fazia menção à segurança pública tanto em atividades de transporte quanto à população em geral, ainda mais se tratando da fiscalização das mesmas. A uniformização foi considerada como um importante instrumento para a concretização das atividades produtivas. Os bens e produtos não poderiam ficar sujeitos à regras desiguais e às exigências eventualmente descabidas e anti-econômicas fora do Brasil. Nesse item, em especial, houve uma parcial vitória do Conselho durante a constituinte. Finalmente, o texto aprovado concluiu: “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XI - trânsito e transporte”. Sendo assim, nesse ponto em particular, as reivindicações perpetradas pelo COPALIVRE foram essencialmente relevantes e obtiveram êxito com muito esforço da classe em suprimir a expressão “**nas rodovias e ferrovias federais**” (nosso grifo). Cabe ainda ressaltar que as palavras “de bens e pessoas” foram suprimidas no 2º turno de votação do projeto de constituição, pela limitação específica do mesmo.

No item décimo, o qual tratava especificamente da organização do abastecimento alimentar fora requerida a supressão da palavra “organizar” do inciso VIII do artigo 23 do projeto de Constituição. O Texto constante do Projeto de Constituição “B” em sua redação expressava:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

Tal diploma permitira a interferência múltipla da União, Estados, Distrito Federal e Municípios na distribuição e venda dos produtos alimentícios.

Argumentaram os membros do COPALIVRE que o abastecimento alimentar vinha sendo fornecido com muito sucesso pela iniciativa privada com a colaboração apenas acessória do Estado. O Conselho entendeu que a atividade pública deveria ficar em primeiro plano, invertendo as prioridades estampadas na lei, prejudicando sobremaneira não só o empresariado como a sociedade de forma geral. Infelizmente, tal vocábulo não fora suprimido e permaneceu a redação original inalterada.

Com relação ao décimo primeiro ponto, a tentativa foi de suprimir a palavra “estatal” do parágrafo 2º do artigo 25 do projeto da Constituição. O Texto constante do Projeto de Constituição “B” rezava:

Art. 25. (...)

§ 2º - Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.

Naquela época, a distribuição de gás canalizado era feita por dois grandes centros do País - Rio de Janeiro e São Paulo - e contava ainda com a atuação de concessionárias de empresas privadas que vinham desenvolvendo um trabalho consolidado e fidedigno, com vistas ao seu auto-aperfeiçoamento e expansão em todo o território federal. Sendo assim, não haveria razões plausíveis (ora no plano econômico bem como do jurídico) em viabilizar tal serviço exclusivamente às empresas estatais em detrimento de concessionárias de empresas privadas, já que alavancariam sobremaneira a economia desse setor específico e gerariam um grande bem estar à coletividade, em especial, às outras regiões do país, bem como dos atuais pólos de distribuição. Tal ponto não foi acatado pelos congressistas e o vocábulo “estatal” não fora suprimido do 2º Turno de votação do Projeto de Constituição. Entretanto, com a incidência da Emenda Constitucional nº 08 de 1995, alterou-se o parágrafo 2º do artigo 25¹⁹ da redação final, que vedou a

¹⁹ Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

(...)

promulgação pela via de medida provisória para sua regulamentação e permitiu tão somente por lei ordinária infra-constitucional, o que demonstra que os representantes dos empresários paranaenses já expressavam os reais desejos da sociedade brasileira.

O décimo segundo ponto tratava da Justiça do trabalho. Tal parte continha expressões no sentido de que o COPALIVRE se manifestou no sentido de eliminar a limitação de recursos ao Tribunal Superior do Trabalho que era prevista no projeto "B" de constituição. O artigo 117, parágrafo segundo, do projeto estabelecia que "A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho, limitados os recursos das decisões dos Tribunais Regionais, nos dissídios individuais, aos casos de ofensas a literal dispositivo desta Constituição ou de lei federal." O COPALIVRE, entretanto, fez uma proposta de supressão do artigo segundo de toda a segunda parte do texto deixando somente "A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho." A justificativa maior do Conselho era no sentido de que seria instalada a insegurança jurídica se não fosse prevista a hipótese de utilização do recurso de revista por interpretação divergente de mesmo dispositivo legal por Tribunais Regionais distintos. Diante de uma análise do texto aprovado em 1988, percebe-se que os anseios do COPALIVRE foram atendidos já que no artigo 111, parágrafo terceiro, foi estabelecido tão somente que "A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho", excluindo-se, portanto, as limitações contidas no projeto "B".

No décimo terceiro ponto, o artigo 120, parágrafo segundo, do projeto "B" de constituição previa a hipótese de "recusa de qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, seria facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho." O COPALIVRE quis a supressão da segunda parte do texto a qual previa a possibilidade para a Justiça do Trabalho de estabelecer normas e condições. O Conselho se posicionou contrariamente a esta disposição, pois assim estaria a Constituição ferindo o tão importante princípio

§ 2º - Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação

da separação e da não interferência entre os Poderes. Sabe-se que os anseios do COPALIVRE não foram atendidos e foi realmente aprovada em 1988 a disposição no texto original dando número ao artigo 114, parágrafo segundo. Entretanto, a Emenda Constitucional nº 45 de 2004 eliminou a possibilidade da Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, o que demonstra que já na década de oitenta o entendimento da classe empresária paranaense já se fazia necessário e já era condizente com as políticas atuais.

No décimo quarto item o COPALIVRE durante o segundo turno da constituinte quis a eliminação da expressão "dos trabalhadores" da alínea C do inciso VI do artigo 156 do projeto "B" aprovado em primeiro turno. A questão tratava da vedação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios de instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das entidades sindicais dos trabalhadores. Ora, o COPALIVRE queria, na verdade, que tal imunidade fosse estendida às entidades sindicais patronais - por isso a necessidade de supressão da expressão "dos trabalhadores". A justificativa maior para sustentar essa idéia era que não havia razões para se discriminar as representações patronais que atuam da mesma forma que as dos trabalhadores, o que estabeleceria até mesmo um desequilíbrio no quadro da organização sindical. Apesar da proposta comentada, o COPALIVRE não conseguiu ver a imunidade estendida às representações patronais, pois foi mantida a expressão "dos trabalhadores" no texto da alínea C, inciso VI do artigo 150.

O ponto quinze foi baseado na proposta de supressão total do inciso II do artigo 161 do projeto de constituição "B". Este artigo dispunha que competia aos Estados e ao Distrito Federal instituir até cinco por cento do que for pago à União por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas nos respectivos territórios, a título de imposto previsto no art. 159, III, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital. O COPALIVRE foi enfático na época da constituinte no sentido de que o contribuinte já estava incumbido de pesados ônus tributários. Assim, prever a possibilidade de uma série de impostos incidentes sobre o mesmo fato gerador como um adicional ao imposto de renda para os Estados seria criar uma multiributação, a qual não teria sentido em existir dado que os Estados já seriam beneficiados o suficiente com a redistribuição da arrecadação tributária promovida pelo Projeto de Constituição. Vê-se que os

anseios do COPALIVRE não foram atendidos na época da constituinte, mas este dispositivo foi completamente suprimido com a Emenda Constitucional número 3 de 1993, o que demonstra que as razões apresentadas pelo COPALIVRE já eram necessárias e condizentes com a realidade da sociedade e, principalmente, da classe empresária.

Outra proposta não acolhida pode ser vista no décimo sexto ponto, contudo amplamente defendida pelo COPALIVRE. Trata-se da questão dos impostos sobre grandes fortunas. O projeto "B" de constituição trazia no inciso VII do artigo 159 que competia à União instituir impostos sobre grandes fortunas. Diante desse projeto, o COPALIVRE manifestou-se claramente de forma contrária e apoiou a supressão total do inciso VII. As justificativas não foram poucas. Em primeiro lugar, argumentou-se que a medida seria incumbida de imperfeição técnica uma vez que não seria possível estabelecer com precisão o conceito de grande fortuna. Em segundo lugar, tal medida poderia causar tributação repetitiva pois uma renda que não foi consumida e já foi tributada daria ensejo a nova tributação. Em terceiro lugar, estar-se-ia prejudicando os contribuintes que poupam e acumulam capital para empreender, o que privilegiaria os pródigos. Em quarto lugar, tal imposto representaria um verdadeiro desestímulo à expansão das empresas e ao investimento imobiliário. Finalmente, arguiu-se que o referido imposto estimularia a acumulação clandestina de recursos não produtivos como o ouro, o papel moeda estrangeiro, jóias, etc. Mesmo diante de todos esses argumentos que podem parecer convincentes do ponto de vista liberal do empresário e da livre iniciativa é de se notar que a proposta do COPALIVRE não foi aceita e o imposto está atualmente previsto na Constituição Federal no inciso VII do artigo 153, mesmo que ainda não tenha efetivamente sido regulamentado por lei complementar.

No décimo sétimo ponto foi discutida a supressão da parte final do inciso do artigo 177 que dizia "o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.", pois poderia evitar a formação de *joint-ventures*. Segundo a justificativa apresentada pelo relatório elaborado pelo COPALIVRE, entende-se que as razões vão ao sentido de que este artigo proporcionaria uma "elevação ao nível constitucional de discriminações ao capital estrangeiro". Isso forçaria, portanto, que o controle decisório e o controle

tecnológico ficassem, inteiramente, em mãos de sócios brasileiros, o que poderia até mesmo diminuir o investimento estrangeiro no país. Seguindo essa premissa, o COPALIVRE quis a supressão da exigência dos requisitos para a tipificação de empresas brasileiras de capital nacional e que fosse retirada a generalização "estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País" das atividades com limitação da participação de capital estrangeiro.

No mesmo sentido, foi proposta, no item dezoito, a extinção do inciso II do parágrafo primeiro do mesmo artigo, o qual determinava um tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público. O COPALIVRE deu duas justificativas para a supressão completa deste parágrafo. A primeira pelo conteúdo discriminatório do seu conteúdo; conceder um tratamento diferente às empresas brasileiras de capital nacional seria menosprezar a produção nacional, o que, na visão do COPALIVRE, não necessitava de tratamento preferencial. A segunda razão seria baseada no conflito com o inciso XXI do artigo 38 que preza pela igualdade de condições a todos os concorrentes na contratação de obras, serviços, compras e alienações da administração pública direta e indireta nos três níveis de governo. Ambas as discriminações, argüiam, não mereciam prosperar "onde se pretende todos tenham condições de competir dentro de regras de uma economia de mercado." Percebe-se, entretanto, que essas propostas não foram acolhidas na constituinte. Acontece que o artigo 171 da Constituição Federal (o mesmo 177 da proposta) foi totalmente suprimido em 1995 pela Emenda Constitucional número 6. Acredita-se que foi suprimido este artigo para que a Constituição Federal de 1988 ficasse em conformidade com a obrigação assumida pelo Estado brasileiro no Acordo de Marrakesh em 1994 instituindo o princípio basilar do tratamento nacional. Mesmo que as idéias dos paranaenses não tivessem sido aceitas pela constituinte de 1988, por razões políticas de certo, fato é que já eram modernas, atuais e tinham razão de ser, porque já discutidas em Punta del Leste quando das Rodadas do Uruguai onde se negociou o referido acordo comercial internacional.

A grande visão liberal da economia e a preocupação da classe empresária com as anteriores intervenções estatais na economia justificaram a propositura de supressão total do artigo 180 do projeto "B", atual artigo 174, tal

qual estabelecida no décimo nono ponto. Mesmo que se acreditasse que a desejada e necessária estabilidade econômica na época de hiperinflação só seria alcançada com o intervencionismo estatal, o COPALIVRE insistia que o desenvolvimento e a tal estabilidade somente viriam com programas sérios, abertos e flexíveis segundo as regras de economia de mercado, de forma que o intervencionismo estatal comprimiria as forças naturais do mercado e a iniciativa privada. Por mais que as premissas extremamente liberais do COPALIVRE fossem justificáveis, suas pretensões não foram acolhidas e o caput 180 do projeto "B" de Constituição permanece no atual artigo 174.

Da mesma forma, no vigésimo ponto quis-se suprimir a expressão "de capital nacional" do parágrafo primeiro do artigo 182 (atual 176) para que a exploração de jazidas minerais pudesse se dar por empresa que tivesse capital estrangeiro. De acordo com a proposta da constituinte, somente brasileiros ou empresas de capital brasileiro poderiam explorar jazidas minerais. Interessantemente, o COPALIVRE afirmou que essa expressão mostrava o sentimento patriótico de resguardo das riquezas nacionais e, por isso, sua supressão seria justificada pela real necessidade e limitação da capacidade que o Brasil tinha para satisfazê-la. Em sua essência, a justificativa vinha no sentido de que o desenvolvimento de pesquisa e da lavra de minérios dependia da contínua evolução e, principalmente, de vultosos investimentos necessários para a exploração. Dessa forma, tal expressão seria mais uma forma de reduzir os investimentos no país. Acontece que, a despeito da proposta, nada foi acolhido durante a constituinte. Entretanto, com a mesma Emenda Constitucional número 6 de 1995 o atual parágrafo primeiro do artigo 176 foi reformulado de forma a permitir empresa de capital estrangeiro à exploração de jazidas, pois passou a ter a redação "...por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País...". Mais uma vez, vê-se que os anseios do COPALIVRE eram atuais e já se faziam necessários durante a Constituinte de 1988.

No vigésimo primeiro ponto, o artigo 183, parágrafo primeiro, do projeto "B" de constituição estabelecia que a União não poderia ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural. Tal dispositivo foi aprovado e passou a vigorar com no artigo 177. O COPALIVRE ansiava a supressão total desse

dispositivo no sentido de permitir os contratos de risco na exploração de petróleo. Afirmavam que este tipo de contrato era decisivo para a expansão do setor de petróleo. Esse foi mais um caso em que o COPALIVRE não obteve sucesso durante a constituinte, mas se baseava em argumentações pertinentes. Tanto foi que o mencionado parágrafo foi inteiramente modificado com a Emenda Constitucional número 9 de 1995, o qual passou expressamente prever a possibilidade da União contratar com empresas estatais ou privadas, não só na pesquisa de jazidas de petróleo, mas também na refinação, importação, exportação e transporte marítimo.

No vigésimo segundo ponto, o artigo 197, parágrafo terceiro, do projeto de constituição já mencionado, continha uma limitação de doze por cento ao ano para a taxa de juro real, sendo considerado crime de usura a cobrança acima deste limite. O COPALIVRE manifestou-se pela total supressão deste dispositivo. Aduziu que, por mais que parecesse uma forma de proteger a sociedade brasileira, seguindo os ideais da livre iniciativa e da economia de mercado, a taxa de juros era uma variável econômica e um reflexo das alterações da quantidade de moeda disponível que deveriam obedecer o império da oferta e da procura e não poderia ser seguradas por força de lei. Da mesma forma, o entendimento do COPALIVRE já tinha razão de ser. Por mais que este dispositivo tenha demorado mais tempo para ser alterado, foi excluído totalmente em 2003 em consequência da Emenda Constitucional número 40, o que mostrou que a sociedade e a economia brasileira não poderiam ter tal regulação prevista em sede constitucional.

E, por fim, no vigésimo quarto ponto²⁰, o COPALIVRE quis a supressão total do artigo 222 do projeto de constituição aprovado em primeiro turno. O artigo, que foi aprovado tal qual no projeto, segue vigente atualmente com o número 219 que diz que "o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal." O COPALIVRE quis a supressão deste dispositivo do projeto "B" por se tratar de mais um dispositivo na constituição que daria respaldo aos Poder Público para intervir no mercado. As justificativas principais

²⁰ Não existe o vigésimo terceiro ponto, por um erro material dos autores do texto original, sendo assim para manter a integridade do mesmo, se faz menção ao vigésimo quarto ponto do texto.

eram de que se deveriam afastar cada vez mais posturas intervencionistas que pudessem interferir no curso da sociedade e, acima de tudo, no curso da economia. Por isso, aduziam que "dar a condição de patrimônio nacional ao mercado interno seria o ponto máximo da consagração de tais posturas hoje [em 1988] internacionalmente repudiadas."

3. Conclusão

O presente trabalho acadêmico tentou num escasso período tempo unir documentos corroboráveis que demonstrassem o que o Conselho Paranaense da Livre Iniciativa defendeu insistentemente durante o 2º turno de votação do projeto de constituição "B" da Assembléia Constituinte de 1988. Logicamente, apesar dos indubitáveis esforços empreendidos por essa classe empresarial, nem todos os pontos foram alterados ou suprimidos a contento da classe. Todavia, verificou-se que, mesmo sendo poucos [e extraordinários] os itens alterados em 2º turno para a promulgação da Carta Maior de 1988, muitos dos dispositivos constitucionais os quais não foram acolhidos naquele momento foram, com certeza, fonte inspiradora para futuras gerações de congressistas brasileiros na aprovação de Emendas Constitucionais (especialmente as Emendas Constitucionais nº 03/1993, nº 06/1993 e nº 09/1995, as quais também acredita-se terem recebido influência do COPALIVRE, que ainda existia).

Mas não foram apenas os mencionados vinte e quatro pontos em relação aos quais foram apresentadas emendas que resumiram o trabalho desse Conselho. A participação na elaboração da Constituição Estadual do Paraná de 1989 e Lei Orgânica Municipal de Curitiba foi marcante. Devido a exigüidade do prazo, restou impraticável trazer elementos e contribuições que a COPALIVRE alcançou com tais diplomas legais supracitados, não abordados nesse artigo.

Contudo, revelou-se neste trabalho documentos que corroboram e demonstram a efetiva luta e participação da COPALIVRE, conselho que dignificou e serviu de exemplo à nação brasileira e aos parlamentares em todo o Brasil.

Enfim, tratava-se de uma "pequena confraria de homens" de notável reputação ilibada, sólido saber jurídico, imbuídos de assaz perseverança e um espírito de retidão social que tentou insistentemente promover o progresso do país com base na livre iniciativa e na justiça social.

4. Referências Bibliográficas

A LIVRE iniciativa e a Constituinte Todos ao debate. **Folha do Comércio**, Curitiba. 08 mai. 1988, p. 1, nº 1322.

CONSTITUINTE: a luta para reverter no II turno. **Folha do Comércio**, Curitiba. 17 mai. 1988, p. 1, nº 1323.

EMPRESÁRIOS e constituintes debatem sobre o segundo turno: o segundo turno da Constituinte é a esperança do empresariado para reverter o quadro desfavorável á (sic) iniciativa privada que vai se (?). **Folha do Comércio**, Curitiba. 17 mai. 1988, p. ?, nº 1323.

O PAÍS está parando. **Folha do Comércio**, Curitiba. 13 out. 1987, p. 1, nº 1295.

SELEÇÃO dos pontos essenciais em relação aos quais deverão ser apresentadas emendas, segundo o consenso das classes empresariais para o segundo turno de votação do projeto de constituição, pelo plenário da constituinte. Curitiba: 1987. 28 p.